
DISPUTAS PELO CONTEXTO NA HISTÓRIA DAS IDEIAS: QUENTIN SKINNER E O “CONTEXTUALISMO SOCIOLÓGICO DE VERTENTE MARXISTA”

**DISPUTES FOR THE CONTEXT IN THE HISTORY OF IDEAS:
QUENTIN SKINNER AND THE “MARXIST SOCIOLOGICAL CONTEXTUALISM”**

**DISPUTAS POR EL CONTEXTO EN LA HISTORIA DE LAS IDEAS: QUENTIN
SKINNER Y EL “CONTEXTUALISMO SOCIOLÓGICO MARXISTA”**

Bruno Veçozzi Regasson¹

Resumo

Esse trabalho teórico e de revisão bibliográfica objetiva compreender a crítica de Quentin Skinner ao uso da epistemologia marxista no estudo da história das ideias. Para isso, realiza uma análise dos principais fundamentos filosóficos de Skinner - a filosofia da história neoidealista de Collingwood e a filosofia da linguagem pragmática de Wittgenstein e de Austin - e das categorias e noções básicas da concepção materialista histórica. A análise aponta que a divergência fundamental está localizada no contexto dos amplos questionamentos realizados pela virada interpretativa aos pressupostos da filosofia ocidental, na crítica à explicação causal como técnica esgotadora da compreensão histórica e na realocação do interesse historiográfico para a intencionalidade dos agentes, na qual reside a centralidade dos jogos de linguagem e da dimensão ilocucionária dos atos de fala e o contexto linguístico triunfa como objeto sobre o contexto social/material e sobre as suas relações causais com o texto.

Palavras-chave: história das ideias; contextualismo linguístico; Karl Marx; Quentin Skinner.

Abstract

This paper, of theoretical concerns and founded in bibliographic revision, seeks to comprehend Quentin Skinner's critique of the use of the Marxist epistemology in the study of the history of ideas. For that, it analyses the main philosophical foundations of Skinner - the philosophy of the Neo-Idealist history from Collingwood and the pragmatic linguistics of Wittgenstein and Austin - and the categories and basic notions of the historical materialism conception. The analysis points that the main divergency is located in the context of the broad questionings brought by the interpretive turn to the western philosophy assumptions, in the critique of the causal explanation as an exhausting technique for historical comprehension, in the relocation of the historiographical interest to the intentionality of agents, in which resides the importance of the language games and of the illocutionary dimension of the acts of speech and the linguistic context triumphs as the object over the social/material context and its causal relations to text.

Keywords: history of ideas; linguistic contextualism; Karl Marx; Quentin Skinner.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrando em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumen

Este trabajo teórico y revisión bibliográfica tiene como objetivo comprender la crítica de Quentin Skinner al uso de la epistemología marxista en el estudio de la historia de las ideas. Para ello, realiza un análisis de los principales fundamentos filosóficos de Skinner -la filosofía de la historia neoidealista de Collingwood y la filosofía del lenguaje pragmático de Wittgenstein y Austin- y de las categorías y nociones básicas de la concepción materialista histórica. El análisis señala que la divergencia fundamental se ubica en el contexto de las amplias cuestiones planteadas por el giro interpretativo hacia los supuestos de la filosofía occidental, en la crítica de la explicación causal como técnica agotadora de comprensión histórica y en la reasignación del interés historiográfico a la intencionalidad de los agentes, en la que reside la centralidad de los juegos de lenguaje y la dimensión ilocucionaria de los actos de habla y el contexto lingüístico triunfa como objeto sobre el contexto social / material y sus relaciones causales con el texto.

Palabras clave: historia de ideas; contextualismo lingüístico; Karl Marx; Quentin Skinner.

INTRODUÇÃO

Poucas contribuições para o campo da história das ideias são, contemporaneamente, tão influentes e polêmicas globalmente quanto o contextualismo lingüístico da chamada Escola de Cambridge. Embora tenha em sua árvore genealógica uma boa quantidade de precursores², é com Quentin Skinner que este empreendimento metodológico toma seus contornos mais firmes - sendo a primeira e até hoje uma das principais peças deste esforço a famosa publicação de 1969 intitulada *Meaning and understanding in the history of ideas*.

Incontornável para os autores da área, muito tem se escrito e dito sobre Skinner. A recepção e a difusão de suas ideias geraram estudos de entusiastas e atraíram uma série de críticos e críticas³. Na análise do conteúdo de seus enunciados *per se*, são vastas as incursões e as reflexões sobre suas investidas contra a dita “abordagem textualista”. Indubitavelmente, este era o principal alvo do Skinner de 69 - “pois é essa a suposição que continua a governar o maior número de estudos, a levantar as mais variadas questões filosóficas, e a dar origem ao maior número de confusões”⁴ (SKINNER, 1969, p. 4). Encamparam essa proposição de autonomia e de autossuficiência do texto autores como

² Petter Laslett (1915 - 2001) em seus estudos sobre John Locke em 1960, John Pocock (1924) em *The History of Political Thought: A Methodological Enquiry* de 1962 e John Dunn (1940 -) em *The Identity of the History of Ideas* de 1968 já apresentavam os primeiros estudos e argumentos organizados pela metodologia de Cambridge.

³ São exemplos de críticos: Shapiro, 1982; Keane, 1988; Gunnell, 1982; Graham, 1988; Hollis, 1988; Lamb, 2004; Urbinati, 2005; Mandell, 2000; Perreau-Saussine, 2007; Seidman, 1984; Taylor, 1988; Tarlton, 1973; dentre outros.

⁴ No original: “for it is this assumption which continues to govern the largest number of studies, to raise the widest philosophical issues, and to give rise to the largest number of confusion”.

R. G. McCloskey, K. Jasper, Leonard Nelson, N. R. Murph, Alan Ryan e Leo Strauss. Esse artigo se propõe, porém, a analisar o diálogo skinneriano com outros de seus alvos: os “contextualistas sociológicos”; mais especificamente, os “contextualistas sociológicos de vertente marxista”⁵.

Será realizada uma revisão bibliográfica voltada para a análise do conteúdo argumentativo dos textos de maior proposição metodológica dos autores centrais do debate (Skinner e Marx), assinalando seus postulados filosóficos explícitos e implícitos e como esses se relacionam com o uso criativo que os autores fazem de suas referências intelectuais. Trata-se de uma revisão narrativa e teórica focada em duas obras centrais (*Meaning and Understanding in the History of Ideas* e *Ideologia Alemã*) e em textos de comentadores e intérpretes de fôlego que auxiliam na sistematização comparativa dos escritos, tendo esses, portanto, comentado sobre estas obras, sobre a filosofia e sobre a metodologia dos autores. Assim, este trabalho intenciona organizar a discussão e o que estava por trás dela no final dos anos 1969. Há uma considerável literatura que versa sobre as relações da virada linguística com o marxismo; esse artigo busca contribuir com essa tradição mostrando como especificamente Quentin Skinner tomou os pressupostos da virada para consolidar uma crítica ao marxismo na disciplina de história das ideias. Retornar à discussão epistêmica que estava sendo posta na época ajuda a iluminar o cenário atual de esforços deste campo, principalmente no que diz respeito às tradições intelectuais ainda bastante ativas de origem skinneriana e marxista.

A estrutura do artigo será de três itens de desenvolvimento que ecoam a sistematização da análise. No primeiro se apresentará as origens epistêmicas e filosóficas do pensamento de Skinner e sua delimitação metodológica conforme apresentada no texto de 1969⁶, passando pelas influências das asserções linguísticas de Wittgenstein, de J. L. Austin e da filosofia de história de R. G. Collingwood. Discutindo, portanto, as formulações de ideias como jogos de linguagem, dimensão ilocucionária do enunciado, campo da intencionalidade dos agentes, intertextualidade, significado e interpretação. No segundo, por sua vez, se discorrerá sobre as sustentações epistêmicas e filosóficas da história das ideias de recorte marxista, partindo de uma análise das dinâmicas (ou, no jargão, da

⁵ Tendo este texto esclarecido que as nomenclaturas de abordagem *textualista*, *sociológica* e *sociológica de vertente marxista* são próprias de Quentin Skinner e não se propondo a discutir seu nível de adequação às abordagens em si, a partir de agora essas serão citadas sem aspas.

⁶ Ciente das mudanças de perspectivas do próprio autor, se limitam as pretensões aqui postas apenas ao estudo do original de 1969, abrindo a oportunidade para a análise da articulação do conflito skinneriano com os marxistas nas suas posteriores revisões em outros estudos.

dialética) entre matéria e consciência como propostas por Marx e Engels, comentando os impactos deste arcabouço teórico nos historiadores das ideias e exemplificando seus usos. Por fim, com o conhecimento adquirido nesses dois momentos, o terceiro item apresentará a crítica skinneriana a tal proposta, como foi exposta em 1969, iluminará as origens das divergências a nível epistemológico dos autores, sua relação com um contexto intelectual mais amplo e suas consequências em prática de pesquisa, bem como apontará as proximidades possíveis entre postulados tão diferentes.

O CONTEXTUALISMO LINGÜÍSTICO DE QUENTIN SKINNER

São três os principais autores aos quais Quentin Skinner deve seus pressupostos filosóficos fundamentais, estando estes três divididos em duas concentrações formulativas: a filosofia da linguagem de L. Wittgenstein e de J. L. Austin e a filosofia da história de R. G. Collingwood.

A concepção *pragmática* da linguagem ordinária tem sua formulação na ruptura primeira encabeçada por Wittgenstein em *Investigações filosóficas*: argumentava-se ali contra a noção hegemônica do campo da linguística de significado via figuração em favor de uma premissa do significado como uso ou aplicação na linguagem. Nesta nova abordagem, a linguagem “se dá no mundo como uma atividade” e “nada mais é do que uma técnica em que somos treinados” (COAN, 2013, p. 26). Ela é mais do que aquilo que usamos para nomear as coisas dadas no mundo: um mesmo signo designado para um objeto pode, nos seus usos, significar diversas coisas diferentes e servir a diversos objetivos; seu fim aqui, portanto, é a comunicação, de modo que “não há, nem existe o significado cabal na linguagem, se não usos que mudam constantemente”⁷ (RODRIGUEZ, 2013, p. 271).

Esta dinâmica constante entre a linguagem e as atividades humanas cotidianas entrelaçadas à linguagem constitui aquilo que Wittgenstein chama de *jogos de linguagem*, campo fértil para o empenho analítico da conexão entre expressões e contextos de uso e consequentemente possibilitador da construção de um léxico de usos convencionais para estas, para suas regras e para suas convenções. Esse conceito nuclear de Wittgenstein causaria fortes impressões no britânico de Cambridge⁸, de modo a ter significativa

⁷ No original: “no tiene, ni existe el significado cabal en el lenguaje, sino usos que cambian constantemente”.

⁸ Citado nominalmente por Skinner em 69, o conceito *the language games* aparece como a ideia de que “nós só podemos estudar a ideia vendo a natureza de todas as ocasiões e atividades [...] em que ela pode aparecer” (SKINNER, 1969, p. 36). No original: “we can only study an idea by seeing the nature of all the occasions and activities [...] within which it might appear”.

importância nos seus enfrentamentos contra os textualistas, as “ideias-unidade” e as “ideias perenes”; na sua concepção da busca por apreensão do significado de textos históricos; e na própria solidificação desta noção de *significado* (meaning).

Antes de Skinner, porém, John Austin mobilizaria essa noção wittgensteiniana e redigiria outra tese que se tornaria peça-chave no quebra-cabeça do contextualismo linguístico: a *dimensão ilocucionária dos atos de fala*. Para Austin, havia uma limitação evidente em gramáticos e filósofos das orientações hegemônicas de sua área: a desconsideração de todas as funções de enunciados linguísticos que não as apenas constatativas - ou seja, descritivas, submetíveis ao jugo de verdade ou mentira. Além dessas, os enunciados têm funções *performativas* e são dotados de uma força que não se limita à avaliação de veracidade. Os *atos de fala* são dotados de três dimensões: “a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (of saying) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está fazendo ao dizer (in saying) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por se dizer (by saying) algo” (SILVA, 2010, p. 307). Enquanto a convenção estava no enfoque à primeira, é a segunda, a dimensão *ilocucionária*, aquela salientada por Austin. Nessa, a força do enunciado está na intenção do seu autor ao fazer o que estava fazendo - e, como traz Wittgenstein, “palavras também são atos”. Essa formulação está vívida no conteúdo do *Meaning and Understanding* de 69⁹ e retornará para informar o choque entre os contextualismos deste artigo.

A reinterpretação dos fenômenos históricos de R. G. Collingwood foi antes de mais nada uma reação ao realismo historiográfico inglês: a chave epistemológica idealista é a busca pela recuperação de uma tradição intencionalista na história. Para o autor, tudo o que entendemos por ação e evento na história pressupõe um agente e, conseqüentemente, um ser dotado de pensamento e intenção. O acontecimento, posto deste modo, possui uma exterioridade historiograficamente significativa, mas também uma interioridade. A busca de tal interioridade é a verdadeira missão do historiador. Redescobrir a historicidade das ações humanas é “introduzir-se na cabeça dos autores do passado e olhar para as suas

⁹ Skinner chega a afirmar, por exemplo, que “já foi **classicamente demonstrado** [...] por J. L. Austin, que a compreensão de enunciados pressupõe um entendimento não apenas do sentido de uma dada declaração, mas também do que Austin chamou de sua intencionada força ilocucionária.” (SKINNER, 1969, p. 45, grifos próprios). No original: “it has been classically demonstrated [...] by J. L. Austin, that the understanding of statements presupposes a grasp not merely of the meaning of the given utterance, but also of what Austin labelled its intended illocutionary force.”

circunstâncias singulares” (LOPES, 2011, p. 181) e descobrir “[a] intencionalidade e [o] propósito as ações subjacentes ao processo histórico” (COAN, 2013, p. 61) que são necessariamente específicos, contingenciais, contextuais - o que por fim significa dizer, para a história da teoria política, que ela “não pode ser considerada como a história de diferentes respostas dadas a apenas um conjunto de questões, e sim como a história de problemas em constante mudança, cujas soluções mudavam com eles” (ibidem, p. 54). Esse recorte é evidente e talvez o mais influente em Skinner no auge de seu historicismo.¹⁰

Foi tarefa assumida por Skinner realizar uma “elaboração mais sistemática do encontro da filosofia da história de Collingwood com o aparelho analítico da filosofia da linguagem ordinária” (SILVA, 2010, p. 303) e operacionalizar esse encontro em uma metodologia específica para estudos acadêmicos no ramo da história das ideias.

Meaning and Understanding in the History of Ideas, originalmente intitulado de modo provocativo como *On the Unimportance of the Great Texts to the History*, é antes de mais nada um texto de ataque. Sua estrutura básica é antagonizar-se às duas perspectivas previamente citadas aqui (a textualista e a contextualista sociológica) e, nesse procedimento, dar apontamentos através de contraste e correção.¹¹

O grande passo interpretativo do tratado instrumental é a alteração do objeto de pesquisa em si em um tratado historiográfico voltado para a compreensão de ideias: ele “é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado” (JASMIN, 2005,

¹⁰ Em talvez sua manifestação mais forte: “Há também a outra implicação de que - revivendo a maneira de colocar a questão de Collingwood - simplesmente não existem questões perenes na filosofia: existem apenas respostas individuais para questões individuais, com tantas diferentes respostas quanto há diferentes perguntas, e tantas diferentes perguntas quanto há diferentes questionadores.” (SKINNER, 1969, p. 50). No original: “There is also the further implication that - to revive Collingwood's way of putting it - there simply are no perennial problems in philosophy: there are only individual answers to individual questions, with as many different answers as there are questions, and as many different questions as there are questioners”. Como afirma Isadora Coan, a seleção mesmo de obras collingwoodianas manuseadas por Skinner (*The Idea of history, An essay on metaphysics* e *An autobiography*) já é indicativa desse caráter, pois é considerada “por alguns comentadores da obra de Collingwood como constituintes de uma fase historicista radical” (2013, p. 64).

¹¹ “Minha preocupação no que segue vai ser considerar essas duas ortodoxias e argumentar que ambas partilham da mesma inadequação básica [...] A tentativa de dar substância a essa afirmação precisa necessariamente ser em alguma medida crítica e negativa. Eu a faço aqui, entretanto, na crença de que ela pode trazer conclusões muito mais pragmáticas e positivas; pois a natureza das atuais confusões na história das ideias aponta não apenas a necessidade de uma abordagem alternativa, mas também indica que tipo de abordagem deve ser adotada para evitarmos tais confusões.” (SKINNER, 1969, p. 1) No original: “My concern in what follows will be to consider these two orthodoxies in turn, and to argue that both in effect share the same basic inadequacy [...] The attempt to substantiate this assertion must necessarily be somewhat critical and negative. I undertake it here, however, in the belief that it can be shown to yield much more positive and programmatic conclusions; for the nature of the current confusions in the history of ideas points not merely to the need for an alternative approach, but also indicates what type of approach must necessarily be adopted if such confusions are to be avoided.”

p. 28). Se “a realização de declarações deve ser avaliada como uma performance”¹² (SKINNER, 1969, p. 43), então o esforço de apreensão é voltado para apreender essa performance inerente ao texto, algo que vai além de interpretar seu conteúdo gramatical isoladamente e reconstruir a estrutura argumentativa do texto - como, diga-se de passagem, este artigo faz - e passa, necessariamente, por um esforço de reconstrução que é inerentemente historiográfico. Isto já significa duas coisas: uma afirmação da superioridade da técnica da história sobre empreendimentos filosóficos e uma afirmação da importância do contexto.

É evidente que nesse movimento estão bastante presentes noções da filosofia pragmática da linguagem. Entender enunciados como ações é o pressuposto wittgensteiniano básico, de onde resulta a noção de que o significado das palavras é o seu uso na linguagem. Skinner aceita esta formulação: “a dada ideia não pode, nesse sentido, ter qualquer sentido que pode tomar a forma de um conjunto de palavras que pode então ser excogitado e traçado sobre o tempo. Na realidade o significado da ideia deve ser seus usos em suas várias formas”¹³ (ibidem, p. 37). Esse uso só pode ser percebido, como já dito aqui, nos jogos de linguagem em que está inserido.

Este caráter *prático* do discurso possui ainda maior centralidade quando explícito que, para o britânico, a compreensão (*understanding*) de uma ação não reside única e exclusivamente em uma explicação de suas *causas* e de antecedentes cronológicos. Como em Collingwood, ações demandam agentes que possuem intenções - a compreensão de um evento só existe quando este elemento do fenômeno também é capturado.¹⁴

É importante ressaltar, porém, que o método de apreensão da intencionalidade das performances discursivas representa uma ruptura com R. G. Collingwood: a negação de sua tese de *re-enactment*. Para Skinner, essa “infeliz”¹⁵ maneira de colocar o desafio

¹² No original: “the making of statements is surely to be appraised as a performance”.

¹³ No original: “the given idea cannot ultimately be said in this sense to have any meaning that can take the form of a set of words which can then be excogitated and traced out over time. Rather the meaning of the idea must be its uses to refer in various ways”.

¹⁴ “Pode-se ser vigorosamente duvidado, entretanto, se o conhecimento das causas de uma ação é realmente equivalente a compreensão da ação em si. Pois mesmo que a compreensão pressuponha um entendimento dos antecedentes condições causais da ação acontecendo, também pode ser dito que ela pressupõe o entendimento do ponto da ação para o agente que a estava performando.” (SKINNER, 1969, p. 44). No original: “It may still be strenuously doubted, however, whether a knowledge of the causes of an action is really equivalent to an understanding of the action itself. For as well as - and quite apart from - the fact that such an understanding does presuppose a grasp of antecedent causal conditions of the action taking place, it might equally be said to presuppose a grasp of the point of the action for the agent who performed it.”

¹⁵ Em entrevista em 2002, Skinner reafirmaria esta posição presente em 69: “nada do que estou dizendo pressupõe a desacreditada ambição hermenêutica de colocar-se enfaticamente no lugar dos outros e tentar (na infeliz frase de Collingwood) repensar seus pensamentos depois deles.” (SKINNER apud SILVA, 2010, p. 329)

sugere uma aspiração de transposição entre agentes circunscritos em lapsos temporais muito diversos, sendo impossível propor calçar os sapatos do passado, *repensar* o que uma vez foi pensado. Além disso, ela pressupõe que o único meio de recuperar a questão ao qual um autor buscava responder é partir da resposta que este deu – mas nessa formulação, o problema só estaria claro se a resposta encontrada o resolvesse. Trata-se de uma confusão na diferenciação entre a intenção “de fazer” e a intenção “ao fazer”¹⁶ e ainda na diferenciação entre os atos ilocucionários e perlocucionários (COAN, 2013, p. 65)¹⁷.

E é justamente em Austin que Skinner encontra o fechamento deste movimento em direção à performance: a compreensão do significado de um texto só se dá verdadeiramente quando encontrada a intenção do autor ao escrever o que escreveu em seu dado contexto - o que era para Skinner em 1969 sinônimo de encontrar a dimensão ilocucionária do ato de fala. “Compreender o significado de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto estava fazendo ao escrevê-lo” (SILVA, 2010, p. 308).¹⁸

Como fazer isso? Como compreender a inserção do texto em jogos de linguagem contextuais? Trata-se de um esforço de reconstrução de um *contexto linguístico* contemporâneo a sua produção. Todo ato de comunicação bem sucedido compreende dentro de si a noção de signos linguísticos socialmente partilhados; na aspiração de se produzir um efeito ao leitor, as intenções de um texto devem ser publicamente apreensíveis - e o único caminho para este fim é se apropriar de um conjunto de normas de linguagem compreensíveis pelo interlocutor. As intenções, portanto, são encontradas “através do esclarecimento do uso que se fazia das palavras em outras etapas históricas”¹⁹ (RODRIGUEZ, 2013, p. 272).

¹⁶ “A distinção, em resumo, é entre a intenção de fazer x que pode nunca resultar com sucesso em uma ação - apesar de não ser claro o que nós deveríamos dizer se tais declarações anteriores de intenção nunca resultassem em ações - e intenção em fazer x, o que não meramente pressupõe a ocorrência da ação relevante, mas é logicamente conectada com ela no sentido de que serve para caracterizar seu ponto.” (SKINNER, 1969, p. 45) No original: “The distinction, in short, is between an intention to do x which may never successfully issue in an action - though it is not made clear what we should say if such prior statements of intention never issued in actions - and an intention in doing x, which not merely presupposed the occurrence of the relevant action, but is logically connected with it in the sense that it serves to characterize its point.”

¹⁷ Nesta mesma dissertação de Isadora Coan é possível encontrar interessante debate sobre como esta interpretação skinneriana da proposta collingwoodiana pode ser equivocada.

¹⁸ Vale ressaltar que na esteira desta centralidade da *intenção autoral* se encontram as vigorosas e famosas críticas de Skinner ao que chama de “mitologias históricas” (da coerência, da doutrina, da prolepse, do paroquialismo). Todas elas são uma denúncia da tendência anacrônica dos historiadores das ideias que criticava e podem ser grosseiramente resumidas na ideia de que “no agent can eventually be said to have meant or done something which he could never be brought to accept as a correct description of what he had meant or done.” (SKINNER, 1969, p. 28)

¹⁹ No original: “a través del esclarecimiento del uso que se hacía de las palabras en otras etapas históricas”.

O que segue é que a metodologia apropriada para a história das ideias deve estar preocupada, antes de mais nada, com **delinear toda a rede de comunicações que poderia ter sido convencionalmente performada na dada ocasião pela enunciação do enunciado, e, depois, traçar as relações entre esse enunciado e seu mais amplo contexto linguístico** como um modo de decodificar a intenção de dado autor.²⁰ (SKINNER, 1969, p. 49, grifos próprios)

Assim, Skinner acredita superar o dilema da transposição, bastante presente em seus contemporâneos da virada linguística. Não se propõe a penetrar a psiquê de autores há muito mortos em busca de sua consciência pura e de seus planos. Se trata de “um procedimento muito mais prosaico - embora necessariamente paciente e erudito - de situar o texto em questão no contexto de convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas dos quais o texto se ocupa” (SILVA, 2010, p. 309).

O “CONTEXTUALISMO SOCIOLÓGICO DE VERTENTE MARXISTA”

O núcleo duro da epistemologia marxista, que se tornaria influente no debate sobre como fazer história do pensamento, está no tratado filosófico mais importante de Karl Marx e Friederich Engels: *A Ideologia Alemã*, concluído em 1846. Tido como o amadurecimento das reflexões dos autores, o escrito é a esquematização mais consistente do *materialismo histórico*, a concepção filosófica que guia seus escritos, apresentada através do debate com o idealismo hegeliano (do qual o marxismo é filho rebelde) e com os neohegelianos alemães.

O materialismo marxista pode ser apreendido pela famosa formulação de óbvios impactos historiográficos: “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades [comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais]” (MARX & ENGELS, p. 33). Trata-se de uma noção ontológica que aponta o mundo das coisas reais e materiais como o ponto de partida da investigação filosófica e a relação dos homens com estas coisas como o ponto de partida da investigação histórica. Dentre os fenômenos posteriores à matéria está a consciência: “A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente” (ibidem, p. 35). Nesta nova ordem lógica “não é a consciência dos homens que determina a realidade, mas, ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência” (ARON,

²⁰ No original: “It follows from this that the appropriate methodology for the history of ideas must be concerned, first of all, to delineate the whole range of communications which could have been conventionally performed on the given occasion by the utterance of the given utterance, and, next, to trace the relations between the given utterance and this wider linguistic context as a means of decoding the actual intention of the given writer”.

2000, p. 136). Impossível negar que a formulação básica proposta por Marx possui esse contorno: a matéria está linkada à consciência como o ponto de partida de um nexos causal. As dimensões e significados dessa associação, porém, são objetos de um debate secular que praticamente coincide com as formulações e reformulações dos historiadores de pensamento marxistas e da sociologia do conhecimento. Vejamos por quê.

Em *Ideologia*, a consciência é, antes de mais nada, “consciência da práxis existente” (MARX & ENGELS, p. 35), só se tornando algo mais após a divisão do trabalho entre o trabalho material e o espiritual, que o próprio desenvolvimento da produtividade humana permite. Este movimento é o que permite ao homem consciente “lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’” (ibidem, p. 36). Atenta-se que estas só poderão estar em contradição com o mundo existente se nele mesmo existir uma contradição entre as relações sociais e as forças de produção - como Marx e Engels explicam posteriormente, a existência dessa contradição só é possível em uma sociedade de classes. Em uma sociedade de classes

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX & ENGELS, p. 48)

Toda essa construção, em que pese seu alcance revolucionário nas humanidades, possui uma forte dose de ambiguidades. Esse mesmo trecho assinalado por este artigo foi dissecado por Daniel Brudney em suas possibilidades interpretativas, nomeadas por ele como *sociological*, *strong sociological* e *structural thesis*. Ao dizer que a classe dominante possui a sua disposição os “meios de produção espiritual” e a classe dominada não, Marx poderia estar apenas dizendo que todos os sujeitos constroem suas ideias “dentro de um contexto criado pelo menos em parte pelos meios de produção intelectual e sujeitos pelo menos em parte a suas inclinações”²¹ (BRUDNEY, p. 327), o que não passaria da afirmação de uma *tendência* ou *influência*, uma tese sociológica difícil de contornar. Mas a oração que dá continuidade ao texto já sugere uma outra leitura - que as ideias dominantes “não são

²¹ No original: “within a context created at least in part by the means of intellectual production and subject at least in part to its slant”.

nada mais” do que uma “expressão ideal” da dominação material. Tomada ao pé da letra, esta é uma tese estruturalista, em que a relação é de *determinação estrita e consequência direta* - “ideias simplesmente surgem de certa forma”²² (ibidem, p. 330). Entre as duas, há ainda uma terceira possibilidade: a de que os impactos da realidade material são tão difundidos, interpenetrados e fortes, que é impossível se libertar dessa teia de causalidades e que é também muito difícil identificá-la empiricamente de modo claro - uma tese sociológica forte.

Não é missão deste texto propor a corretude de alguma dessas interpretações ou de propor outra nova e definitiva, mas sim apontar para a centralidade que esta missão teve no debate epistemológico da história das ideias e na sociologia do conhecimento. O caminho dessa influência passa por Karl Mannheim em seus esforços - profundamente informados pela busca da ligação específica entre interesses materiais de classe e as ideias produzidas pelos grupos sociais - quase fundacionais de um campo, por György Lukács, Boris Hessen e outros.²³ Foi principalmente a sociologia marxista “a primeira a contestar de forma sistemática a soberania absoluta dos intelectuais no domínio da história das ideias.” (ÁGOAS, 2017, p. 468) O mais proeminente contemporâneo de Skinner que buscava sustentar proposições marxistas no campo nos anos 60 era o canadense Crawford Brough MacPherson. Seus estudos sobre a teoria política liberal foram de grande influência no mundo ocidental e deixaram fortes marcas no autor britânico²⁴.

MacPherson, porém, é um exemplo bastante atípico de marxista no tocante à metodologia de pesquisa - metodologia esta que nunca foi exposta de maneira estruturada, mas que pode ser apreendida por seus estudos na prática. A marxista estadunidense Ellen Meiksins Wood é taxativa. Comemora que “C.B. Macpherson tem sido por muitos anos a maior voz da esquerda nas disciplinas tradicionais da filosofia política e da história do pensamento político”, afirmando que “seu trabalho [...] fez muito para repolitizar a filosofia política, dando-a uma fundação na história e revelando sua função ideológica”, mas

²² No original: “ideias simply arise in a certain way”.

²³ Para uma discussão sobre esse histórico, ver: ÁGOAS, Frederico. História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento. Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v.24, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2017. P. 465 - 482.

²⁴ Em entrevista para Maria Lúcia Garcia Pallares Burke publicada em 2002: “O segundo alvo que meu manifesto [Meaning and Understanding] procurava atingir era a tradição marxista de história intelectual, o que se tornava então mais necessário pela recente publicação de uma brilhante interpretação marxista da teoria política do século XVII, A teoria do individualismo possessivo (1964) de C.B. Macpherson” (SKINNER, 2002, p. 995) e “Quando estava escrevendo meus artigos polêmicos nos anos 60, queria me opor a um tipo particular de marxismo, extremamente poderoso então, praticado por grandes historiadores como Christopher Hill e Macpherson”. (SKINNER, 2002, p. 997)

lamenta: “a teoria e o método de Macpherson não são, entretanto, marxistas”²⁵ (WOOD, 1978, p. 215). Marxistas, porém, são reconhecidos por sua exigência.

É muito difícil negar a forte influência da reflexão marxista no tipo de análise proposta por MacPherson. “Todo seu trabalho teórico está preocupado com aguçar o nosso entendimento das condições materiais, relações de classe e suas consequentes formas idealizadas como teorias em si. [...] Em nenhum lugar Macpherson sugere a validade de uma abordagem não histórica ou não materialista para as ciências sociais. E praticamente em nenhum lugar ele aplica alguma.”²⁶ (SVACEK, 1976, p. 408). O objetivo central de sua principal obra, *Possessive Individualism* (1962), é mostrar justamente como os teóricos clássicos liberais compreendiam as relações sociais do capitalismo britânico. Nas palavras de Skinner, MacPherson se somava aos inúmeros estudos que apontavam como as mudanças intelectuais “espalharam e seguiram as mudanças e os desenvolvimentos do contexto social” em uma tradição historiográfica “essencialmente sobre se e o quanto cada escritor clássico aceitou e então refletiu a nova estrutura social”²⁷ (SKINNER, 1969, p. 41). Por outro lado, é impossível negar que o trabalho do canadense, apesar de suas profundas fundações históricas, de sua centralidade para os conceitos de classe e propriedade e de sua tese de uma linha de Hobbes a Locke reflexiva do florescimento de uma sociedade burguesa, “ainda permanece consideravelmente dentro das convenções metodológicas da filosofia política tradicional”²⁸ (WOOD, 1978, p. 216), sendo citado como exemplo negativo nas críticas skinnerianas contra os textualistas e contra os contextualistas sociológicos. Por exemplo: na introdução de *Possessive Individualism*, MacPherson não tem problemas em defender que presumir a intenção de coerência interna em obras completas dos autores é um artifício metodológico positivo; na verdade, as incoerências ajudariam a desvendar “um mais completo entendimento de toda a teoria”²⁹ (MACPHERSON, 1962, p. vi) pois

²⁵ No original: “has for many years been the single major voice from the left in the traditional disciplines of political philosophy and the history of political thought”, “his work [...] has done much to repoliticize political philosophy, giving it some foundation in history and revealing its ideological function”, “Macpherson's theory and method are not, however, Marxist”.

²⁶ No original: “All his theoretical work is concerned with sharpening our understanding of material conditions, class relations, and their consequent idealized forms as theories themselves. [...] Nowhere does Macpherson suggest the validity of an unhistorical or non-materialist approach to social science. And virtually nowhere does he employ one”.

²⁷ No original: “mirrored and followed the changes and developments of the social context”, “essentially about whether and how far each classic writer accepted and so reflected the new social structure”.

²⁸ No original: “still remains to a considerable extent within the methodological conventions of traditional political philosophy”.

²⁹ No original: “a fuller understanding of the whole theory”.

revelariam suas suposições implícitas - uma técnica de análise marcadamente textualista, ainda mais para um marxista.

A CRÍTICA SKINNERIANA

Antes de mais nada, é preciso apontar o óbvio: o método de Quentin Skinner é um método contextualista. Suas mais incisivas críticas em 1969 se direcionavam aos textualistas porque estes representavam a hegemonia no campo, mas também porque esses eram mais fundamentalmente contrários à proposta skinneriana. Em Skinner, “como toda atividade humana, a atividade discursiva ocorre num contexto que simultaneamente a restringe e capacita” (SILVA, 2010, p. 303). Talvez trivial para estudiosos das áreas de humanas, esta afirmação significava uma ruptura para os estudos de pensamento na segunda metade do século XX, em especial nos estudos sobre teóricos políticos do fim e do começo da era moderna, os maiores interesses do britânico.

A questão que o afasta dos recortes tipicamente sociologizantes é aquela sobre *qual* contexto é este a ser apreendido para a compreensão de um ato linguístico. Interessa apontar que Skinner não descarta a relevância do estudo do mundo social. Na realidade, “o estudo de todos os fatos sobre o contexto social de dado texto pode ter o seu lugar dentro do empreendimento linguístico”³⁰ (SKINNER, 1969, p. 49). A divergência central não está na simples constatação de que o mundo material possui ligações com a produção textual de sua dada época, mas em duas inferências interligadas e comumente associadas a esta afirmação: (1) a de que o mundo social ou material *determina* o que um homem de seu tempo fala ou pensa e (2) a de que estudar o mundo social ou material e apresentá-los em um esquema de *causalidade* para com os textos esgota a compreensão sobre o significado deste texto.

O primeiro ponto preocupa Skinner pois pode trazer amplas consequências para os interessados na história das ideias: sua aceitação irrestrita significa que “o papel das ideias na sociedade e na política é desprovido de autonomia e eficácia” e que ideias nada mais são do que reflexos de uma “‘realidade material’ ontologicamente anterior ao – e determinante do – mundo da linguagem” (SILVA, 2010, p. 305). O objeto em si de um historiador das ideias se torna um mero epifenômeno, compreendido *nos termos* de seu contexto social.³¹

³⁰ No original: “the study of all the facts about the social context of the given text can then take its place as a part of this linguistic enterprise”.

³¹ Skinner denuncia que esse postulado determinista leva inevitavelmente os historiadores das ideias a se dedicarem extensa e improdutivamente à solução de um dilema de causalidade: “o contexto social, diz-se,

Essa inferência é questionada fundamentalmente já nos pressupostos filosóficos skinnerianos: a filosofia da linguagem pragmática de Wittgenstein e de Austin compreende que o significado da linguagem é “divisível em um sem-número de sublinguagens, regiões e domínios mais ou menos específicos” (COSTA, 2007, p. 40). Uma abordagem de associação mecânica como essa perde de vista o fato de que as palavras têm funções diferentes em contextos diferentes.

Sem prejuízo, o determinismo sociológico também enfrenta a simples constatação empírica de que uma mesma situação socioeconômica é palco para as mais diversas e contraditórias ideias; que homens da mesma classe social levantaram bandeiras das mais diferentes e conflitantes.

É possível dizer, portanto, que Skinner contrapõe-se frontalmente à proposição marxista de relação “matéria - espírito” se essa for entendida, apropriando-se aqui da útil conceitualização de Daniel Brudney - como uma tese estruturalista ou sociológica forte, mas não estaria fora da visão ontológica skinneriana se for tida como apenas uma tese sociológica radicalmente diluída de seu contorno marxista de centralidade das relações produtivas e do conflito de classes.³² Na verdade, não só não estaria fora de uma ontologia como também não estaria fora da própria instrução metodológica do contextualismo linguístico, que toma como consequência lógica de sua visão pragmática da linguagem uma necessária compreensão do mundo material que a rodeia e informa.³³ O contexto social

ajuda a causar a formação e a mudança de ideias; mas as ideias por sua vez ajudam a causar a formação e a mudança do contexto social; “o historiador das ideias acaba apresentando a si mesmo com nada melhor do que um dilema consagrado pelo tempo sobre ovos e galinhas.” (SKINNER, 1969, p. 42) No original: “the social context, it is said, helps to cause the formation and change of ideas; but the ideas in turn help to cause the formation and change of the social context”; “the historian of ideas ends up by presenting himself with nothing better than the time-honored puzzle about the chicken and the egg”.

³² “O fato de que o conhecimento do contexto de um dado texto ajuda a compreendê-lo reflete o fato, **certamente inegável**, de que para a performance de qualquer ação - e a realização de declarações deve ser avaliada como uma performance - sempre será possível pelo menos a princípio descobrir um conjunto de condições as quais poderiam modificar a ação (a declaração feita), inviabilizá-la ou até mesmo prevê-la através de sua presença.” (SKINNER, 1969, p. 43, grifos próprios) No original: “The fact that a knowledge of the context of a given text does help in understanding it reflects the fact, surely undeniable, that for the performance of any action - and the making of statements is surely to be appraised as a performance - it will always be possible at least in principle to discover a set of conditions either such that the action (the statement made) might have been different or might not have occurred in their absence, or even such that the occurrence of the action might have been predicted from their presence”.

³³ “Portanto se é verdade que a compreensão de qualquer ideia requer a compreensão de todas as ocasiões e atividades em que cada agente pode ter usado as formas relevantes de palavras, parece claro que pelo menos uma parte da compreensão deve estar em entender para que tipo de sociedade o dado autor estava escrevendo e tentando convencer. E se é verdade que a compreensão de um texto pressupõe a capacidade de entender qualquer estratégia oblíqua que ele possa conter, é mais uma vez claro que a informação relevante [...] deve ao menos em parte estar relacionada com restrições de dada situação social.” (SKINNER, 1969, p. 40) No original: “Thus if it is true that an understanding of any idea requires an understanding of all the occasions and activities in which a given agent might have used the relevant form of words, it seems clear that at least a part of such understanding must lie in grasping what sort of society the given author was writing

então deixa de ser pensamento como um fenômeno *determinante* para ser compreendido como um “framework” (ibidem, p. 49). “É um lugar comum - todos somos marxistas nessa medida - que a nossa sociedade coloca restrições irreconhecíveis em nossa imaginação”³⁴ (ibidem, p. 53).

Mas o central choque de perspectivas reside, evidentemente, na realocação de objeto do historiador britânico: em *que espécie* de contexto se busca centralmente recuperar, na solução dada para o problema do fechamento do contexto. Essa solução, como discutido aqui, é o apontamento de que só se pode compreender o significado de um texto compreendendo sua *intencionalidade* em um determinado *jogo de linguagem*.

Já se falou aqui o que significa buscar a intenção de um autor através da descoberta da dimensão ilocucionária de seu ato de fala, intenção de que se tem como publicamente apreensível pois publicamente endereçada. Trata-se, é claro, de uma missão estranha ao marxismo: o próprio conceito de *ideologia* prevê as intencionalidades (explícitas ou, como na maioria das vezes, implícitas) dos autores como aquelas inerentes a seus interesses de classe. Mas mais do que isso, esse *shift* metodológico é consequência de uma ruptura epistemológica mais profunda, advogada, de forma ampla e multidisciplinar, pelos teóricos da virada linguística: o questionamento dos pressupostos positivistas que dão centralidade na ciência para explicações causais em detrimento de outros caminhos interpretativos.³⁵

Os três grandes alicerces que Skinner movimenta para compor sua análise compartilham esse esforço antipositivista. Como aponta Isadora Coan: “Skinner já considera ambos os filósofos da linguagem como parte do mesmo esforço ofensivo a perspectivas empiricistas e positivistas na filosofia analítica – considerando até a abordagem austiniana dos atos de fala como espécie de refinamento e extensão da premissa subjacente às proposições wittgensteinianas” (COAN, ano, p. 31); e: “Skinner menciona o historiador para rebater as críticas de sua suposta vinculação com o positivismo lógico, pois Collingwood é praticamente o principal autor idealista no antipositivismo da filosofia inglesa recente” (ibidem, p. 63). Na esteira dessa tradição intelectual, para Skinner o contextualismo sociológico como um todo “repousaria sobre a confusão entre dois

for and trying to persuade. And if it is true that the understanding of a text presupposes the capacity to grasp any oblique strategies it may contain, it is again clear that the relevant information [...] must at least in part be concerned with the constraints of the given social situation.”

³⁴ No original: “It is a commonplace - we are all Marxists to this extent - that our own society places unrecognized constraints upon our imagination”.

³⁵ Sobre o debate entre o positivismo, a filosofia analítica e a virada linguística, ver GAMBOA, 2009 e ARAÚJO, 2004.

procedimentos intelectuais inteiramente distintos: a determinação causal de uma ideia e a sua compreensão propriamente dita” (SILVA, 2010, p. 305).

Para Skinner, compreender uma ação é algo mais do que entender condições causais antecedentes a esta ação, é também entender *o ponto da ação para o agente que a performou*. Toda ação performada pressupõe condicionantes causais, uma intenção de realização e uma intenção *ao realizar*. Pensando a história das ideias nestes termos, “a compreensão de uma ideia enquanto ação linguística significa algo mais do que sua explicação causal” (ibidem), ela significa a captura da intencionalidade do autor ao agir como agiu - do intelectual ao escrever como escreveu. Por isso, compreender um texto vai além de analisar o significado de um determinado enunciado em sua composição gramatical e também vai além de estudar o contexto social onde ele foi escrito e de explicar como esse influenciou sua escrita; é necessário um empreendimento linguístico de reconstrução das diversas comunicações que este enunciado poderia performar em sua dada ocasião e de traçamento de relações deste enunciado com seu mais amplo *contexto linguístico* - dessa forma, pode o pesquisador capturar a dimensão ilocucionária do ato de fala. Somente este processo esgota o objeto: “mesmo que o estudo do contexto social dos textos pudesse servir para *explicar* eles, isso não significaria o mesmo que fornece meios de *compreender* eles”³⁶ (SKINNER, 1969, p. 46, grifos no original).

Como consequência, não pode ser o suficiente estudar seja apenas o que o enunciado significou, ou mesmo o que o seu contexto pode alegadamente mostrar sobre o que ele deve ter significado. O ponto mais profundo que precisa ser entendido de qualquer enunciado é como o que foi dito foi significado, e, portanto, que relações podem haver entre vários enunciados diferentes mesmo dentro do mesmo contexto geral.³⁷ (ibidem, p. 47)

É na própria formulação crítica da virada linguística, portanto, que se encontra a origem dos maiores atritos entre o método skinneriano e a concepção teórica marxista. O intencionalismo compreensivo de Collingwood é o que coloca Skinner em busca de análises de seu objeto que vão além do método causal; a solução é encontrada nas lições da linguística pragmática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³⁶ No original: “even if the study of the social context of texts could serve to explain them, this would not amount to the same as providing the means to understand them”.

³⁷ No original: “It cannot in consequence be enough to study either what the statement meant, or even what its context may be alleged to show about what it must have meant. The further point which must still be grasped for any given statement is how what was said was meant, and thus what relations there may have been between various different statements even within the same general context.”

Da revisão bibliográfica empreendida, é possível perceber que o rompimento do contextualismo linguístico com o marxismo está profundamente relacionado com suas origens filosóficas e epistêmicas e especialmente ligado ao seu contexto mais amplo de formulação: a virada linguística. Reside no antipositivismo skinneriano vívido de 1969 a negação da explicação causal como técnica esgotadora da compreensão histórica, realocando seu interesse para a intencionalidade dos agentes, onde dará centralidade para os jogos de linguagem e a dimensão ilocucionária dos atos de fala, e dará preferência ao contexto linguístico sobre as tentativas valorosas mas insuficientes de fechar o contexto social e suas relações com o texto. Nesse giro, Collingwood, Wittgenstein e Austin são seus principais tutores. É ainda no antideterminismo, no modo de entender a relação “matéria-consciência” (que se relaciona estritamente com o eterno debate sociológico “estrutura - ação”) que Skinner e Marx, separados por mais de um século, podem se confrontar - dependendo da interpretação dada à formulação marxista (outro eterno debate sociológico). Fato é que o britânico de Cambridge valoriza a agência de atores, os entende como dotados de intencionalidade e autonomia, e as ideias como circunscritas, mas certamente não determinadas pelo mundo social.

Tudo isso posto, é importante ressaltar que Skinner era um contextualista. Sua munção central se direcionava aos textualistas não apenas por sua hegemonia no campo, mas porque esses estavam ainda mais distantes de suas formulações que os contextualistas sociológicos. Na realidade, faz parte da preocupação metodológica skinneriana dar atenção ao contexto social de um ator-intelectual e é para ele uma asserção ontológica verdadeira a de que neste contexto encontram-se condicionantes causais para ideias e ideólogos. A contra-tese básica para o britânico, porém, é a de que encontrá-los apenas não é o suficiente para compreender o significado das ideias; a missão do historiador das ideias é uma missão essencialmente linguística; o contexto, essencialmente outro.

Se espera que este estudo ajude a sistematizar e clarificar o que está por trás da crítica do skinnerianismo de 1969 ao marxismo. Com isso, pavimenta-se o caminho para outras excursões que se apresentam como janelas de pesquisa no campo: o que Skinner tem feito em suas pesquisas hoje é certamente muito diferente do tratado de 1969 - e, porque manifesta nos seus resultados práticos de pesquisa, possui metodologia menos sistematizada e clara do que essa aqui exposta. Sugere-se, portanto, a pertinência de entender como essas novas publicações de Skinner amadureceram sua relação com os escritos de Marx, bem como quem são os “contextualistas sociológicos de vertente

marxista” atuantes no século XXI e quais suas relações com Skinner. Se respondidas, são perguntas que ajudarão a iluminar o estado epistêmico da história das ideias contemporânea e a disputa pelo contexto nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ÁGOAS, Frederico. História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento. **Revista História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, v.24, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2017. p. 465 - 482.

ARAÚJO, Inês Lacerda. A natureza do conhecimento após a virada lingüístico-pragmática. **Revista de Filosofia**, v. 16 n.18, Curitiba, Jan./Jun. 2004. p. 103-137.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Martins Fontes, São Paulo, 2000. 539 p.

BRUDNEY, Daniel. **Marx's Attempt to Leave Philosophy**. Harvard University Press, Cambridge, 1998. 425 p.

COAN, Isadora Cristina de Melo. **As bases filosóficas da metodologia de Quentin Skinner para a história intelectual**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_782a5aecc36de8a6837a6e8f0ea5b58d/Details>. 122 p.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Reações ao giro lingüístico**: o resgate da ontologia ou do real, independente da consciência e da linguagem. Porto Alegre, RS: CBCE, 2009.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, nº 57, São Paulo, fevereiro/2005. p. 27 - 38.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Revista Kriterion**, nº 123, Belo Horizonte, Jun./2011. p. 177 - 195.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Editora Boitempo, São Paulo, 2007. 614 p.

RODRIGUEZ, Cristian Uriel Solís. La relación contexto-sujeto en Quentin Skinner. **Región y sociedad**, ano xxv, nº 56, Obregón, 2013. p. 269 - 297.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Lingüístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **Revista DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.53, nº 2, Rio de Janeiro, 2010. p. 299 - 335.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v.8, nº 1, Cambridge, 1969. p 3-53.

SKINNER, Quentin. Quentin Skinner. In: BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **As muitas faces da história**. Editora UNESP, 4ª impressão, São Paulo, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. C.B. Macpherson: liberalism, and the task of socialist political theory. **The Socialist Register**, Toronto, 1978. p. 215 - 240.

* Artigo recebido em 21 de maio de 2020,
aprovado em 13 de agosto de 2020.